CLIPPING IMPRESSO

24/09/2021

comunicação & informação

I N D I C E

1. PRESIDÊNCIA
1.1. JORNAL O PROGRESSO..... 1
1.2. JORNAL PEQUENO..... 2 - 3
2. SERVIDOR PÚBLICO
2.1. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO..... 4

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo

Aprovado texto-base da reforma administrativa

Entre mudanças no texto original incluídas estão benefícios para trabalhadores da segurança pública; colegiado ainda precisa analisar os destaques

BRASÍLIA

Divulgação

Arthur Maia foi o relator da proposta da reforma administrativa

A comissão especial da Câmara dos Deputados destinada a discutir a proposta de emenda à Constituição (PEC) da reforma administrativa aprovou ontem (23) o texto-base do parecer do relator Arthur Maia (DEM-BA), favorável à matéria.

A reforma administrativa foi enviada pelo governo ao Congresso em setembro de 2020. A proposta tem como objetivo alterar as regras para os futuros servidores dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário da União, estados e municípios.

Em maio, a proposta da reforma administrativa foi votada na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara. Na CCJ, os deputados analisaram somente se o texto estava de acordo com a Constituição. Na comissão especial, discutiram o mérito.

O colegiado ainda precisa analisar os destaques, que são sugestões pontuais de alteração no texto principal. Em seguida, a proposta irá ao plenário da Casa, onde precisa ser aprovada por, pelo menos, 308 votos em dois turnos.

Obstrução

A sessão no colegiado foi marcada por obstrução de deputados da oposição, que tentaram impedir a análise do texto.

Na noite da quarta-feira, 22, a sessão chegou a ser derrubada por falta de consenso na proposta, com pontos apresentados em cima da hora pelo relator. Na tentativa de garantir a votação na manhã desta quinta-feira, partidos trocaram membros do colegiado, entre suplentes e titulares.

Entre idas e vindas e sem conseguir um consenso para o texto, essa é a sexta versão do parecer de Arthur Maia.

Sem incluir a cúpula do Judiciário e do Ministério Público na reforma, apenas os servidores, o texto reduz benefícios na administração pública, como a progressão automática por tempo de serviço e férias superiores a 30 dias.

Na manhã de ontem, novas mudanças foram incluídas no parecer, o que gerou mais críticas por parte da oposição.

Pressionado por trabalhadores da segurança pública, Maia também incluiu em seu parecer benefícios que anulam boa parte das normas restritivas impostas pela reforma da Previdência.

O relatório prevê, por exemplo, a aposentadoria integral para os policiais (submetidos à administração da União, como policiais legislativos, distritais, rodoviários federais e ferroviários federais) e agentes penitenciários e socioeducativos, inclusive com os mesmos reajustes garantidos aos ativos, que tenham ingressado na carreira até novembro de 2019.

O texto ainda ampliou, para essas categorias, as possibilidades para cônjuges ou companheiros receberem pensão por morte se o profissional morrer em serviço.

O relatório também permite que a administração pública reduza a jornada e o salário de servidores em até 25%. A medida vale para os atuais servidores, mas é restrita a situações de crise fiscal de estados, municípios ou União. ●

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo

Lourival Serejo instala nova Vara Judicial em Imperatriz

Ribamar Pinheiro

Presidente descerra placa de inauguração na 5ª Vara Cível de Imperatriz com magistrados e magistradas

O presidente do Tribunal de Justiçado Maranhão, desembargador Lourival Serejo, instalou, nesta quinta-feira (23), no Complexo Judiciário da Comarca de Imperatriz, a 5ª Vara Cível.

A solenidade foi prestigiada pela corregedora e vice-presidente do Tribunal Regional Eleitoral, desembargadora Angela Salazar, e pelo desembargador José Gonçalo Filho, que integrou a comitiva do chefe do Poder Judiciário Estadual.

Para o desembargador Lourival Serejo, a nova unidade judicial vem de encontro às aspirações da sociedade de Imperatriz e deve acelerar os julgamentos e proporcionar mais qualidade quanto à análise dos processos cíveis que tramitam na Comarca.

De acordo com o presidente do TJMA, "a instalação da unidade judicial vai garantir celeridade processual num momento em que Poder Judiciário vive um período institucional significativo se esforçando, ao máximo, para atender, com eficiência, as demandas no campo judicial".

"Quem ganha, sem dúvida, com a iniciativa são os jurisdicionados, que passam a contar com mais um polo para resolução de suas demandas judiciais", frisou o desembargador Lourival Serejo, acrescentando "que a instalação da unidade judicial está alinhada ao compromisso constitucional do Judiciário do Maranhão de garantir uma Justiça cada vez mais ágil e eficiente".

De acordo com o presidente do TJMA, a iniciativa demonstra também o empenho do Tribunal de Justiça do Maranhão em dotar o 1º grau com as condições necessárias para o melhor atendimento à sociedade, demonstrando a preocupação com a eficiência da Justiça.

Os magistrados presentes na solenidade de inauguração foram unânimes em afirmar que instalação da nova unidade é de máxima relevância para a sociedade de Imperatriz, "fazendo valer o preceito constitucional que todos têm direito à razoável duração do processo".

A 5ª Vara Cível passará a receber, de forma proporcional, novas ações que forem ajuizadas, até que os acervos das varas cíveis existentes fiquem equivalentes. Com isso, a prestação jurisdicional ganha reforço nas demandas relativas às questões cíveis, que serão redistribuídos para a nova vara.

A juíza Ana Beatriz Jorge de Carvalho Maia, diretora do Fórum da Comarca de Imperatriz, destacou a esperança dos jurisdicionados em relação a nova unidade judicial, que vem responder um anseio da sociedade local.

Participaram da solenidade os juízes e juízas Adolfo Pires da Fonseca Neto, Eilson Santos da Silva, Thiago Henrique Oliveira de Ávila, Ana Paula Silva Araújo, Joaquim da Silva Filho, Denise Pedrosa Torres, Delvan Tavares Oliveira, Débora Jansen Castro, Dayna Leão Tajra Reis Teixeira, Paulo Vital Souto Montenegro e Glender Malheiros.

Após a instalação da unidade judicial, o presidente visitou o Fórum da Comarca de João Lisboa, indo, em seguida, conhecer o Projeto de Digitalização Lista Zero, resultado de uma parceria entre o Poder Judiciário do Maranhão, por meio da Comarca de Imperatriz, com a Subseção da Ordem dos Advogados do Brasil. ***(Ascom/TJMA)***

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo

São Luís ganha Museu do Tribunal de Justiça do Maranhão

Presidente do TJMA, desembargador Lourival Serejo, inaugurou o Museu "Desembargador Lauro de Berredo Martins"

A terceira mais antiga Corte brasileira, instalada em 4 de novembro de 1813, abre as portas de sua história ao público. O presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, desembargador Lourival Serejo, inaugurou o Museu "Desembargador Lauro de Berredo Martins", na terça-feira (21). A solenidade foi realizada no local do mais novo ambiente cultural maranhense, no Solar dos Veras, anexo ao Centro Administrativo do TJMA, antigo prédio da Assembleia Legislativa, na Rua do Egito, Centro, São Luís.

O acervo conta com documentos, obras e outros bens de valor histórico, artístico e cultural, como jornais, fotos diversas – inclusive de várias mudanças por que passou o Tribunal –, móveis, selos, medalhas, máquinas de escrever, livros e outras publicações – algumas anteriores à própria existência do TJMA.

"O Poder Judiciário do Maranhão rejubila-se, nesta expressiva cerimônia, para exaltar, celebrar e cultuar sua história com a inauguração do Museu Desembargador Lauro de Berredo Martins", saudou o desembargador Lourival Serejo, destacando ser uma homenagem ao homem que se dedicou à pesquisa da história do Judiciário maranhense.

O presidente do TJMA ressaltou que a memória deve ser sempre despertada e que as melhores ferramentas para isso são o resgate e a preservação do passado. Enfatizou que a inauguração do Museu representa o tempo reencontrado e a certeza de que as épocas podem passar, mas não se esgotam, não se corroem, não se perdem, se as preservarmos.

Em seu discurso, Lourival Serejo ressaltou que o museu é a instância de valorização da memória, é o foro da recuperação da história, na qual se deposita a memória do Poder Judiciário do Maranhão. "Nele não haverá preclusão. Não haverá decurso de prazo decadencial. Não haverá prescrição alguma", frisou Lourival Serejo.

Ao citar Miguel de Cervantes – romancista, dramaturgo e poeta espanhol – o desembargador exaltou a importância da história: "Sem conhecê-la, não interpretaremos nosso tempo. Sem estudá-la e compreendê-la, não seremos capazes de planejar e construir um futuro com segurança e um mínimo de previsibilidade", disse.

Para Lourival Serejo, é fundamental compreender que a necessidade de historiografar o Poder Judiciário é um dever cultural com as futuras gerações, "proporcionando aos pesquisadores de amanhã, condições de acesso memorial a conteúdo bibliográfico, artístico, fotográfico, científico, histórico e documental, de interesse institucional, jurídico e social, evocando momentos e situações que honraram a Justiça e proclamando os princípios que constituem os alicerces do Tribunal de Justiça do Maranhão".

Ao finalizar, o presidente do TJMA disse que, uma vez instalado, o trabalho será de entregar o museu à sociedade, na certeza de que ele sirva para fazer criar, do espírito das relíquias culturais, um olhar novo de comprometimento, para não deixar que se rompam as correntes da história.

VISITAÇÃO PÚBLICA

Inicialmente, segundo a coordenadora de Biblioteca e Jurisprudência, Cíntia Andrade, a visitação pública, que deverá ocorrer a partir de segunda-feira (27), será por agendamento, pelo e-mail biblioteca@tjma.jus.br e pelos telefones (98) 3261-6146 e 3261-6147, das 8h às 15h.

Presentes à solenidade de inauguração, os desembargadores Raimundo Barros (presidente da Comissão de Documentação, Revista, Jurisprudência e Biblioteca do TJMA), José Jorge Figueiredo (diretor da Esmam), Francisca Galiza, João Santana, Marcelino Everton e José Gonçalo de Sousa Filho acompanharam o presidente do TJMA no descerramento da placa e na assinatura no painel dos que fazem parte da história de instalação do museu.

Autoridades de diversas áreas prestigiaram o evento e destacaram o papel do desembargador Lourival Serejo, que também agradeceu o apoio do desembargador Raimundo Barros e de vários servidores para a concretização do museu. Depois, todos foram convidados a conhecer as instalações.

Na cerimônia, também foram lançados livros institucionais, que fazem parte da coleção de documentos históricos do Maranhão, e a Campanha dos Voluntários da Memória, com vídeo explicativo.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo

RIBAMAR PINHEIRO

Desembargadores do TJMA e outras autoridades convidadas acompanharam o presidente do Tribunal no descerramento da placa de inauguração

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo